

# **I CONGRESSO CRIM/UFMG**

## **MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

---

M956

Mulher, política e democracia [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-364-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Política. 3. Democracia. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---



# I CONGRESSO CRIM/UFMG

## MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

---

### **Apresentação**

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 2 - Mulher, Política e Democracia acolheu trabalhos relacionados à participação e representação das diversas mulheres na política no contexto democrático, em um sentido amplo. Propõe-se a discussão sobre a importância de aumentar a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, as medidas afirmativas e os desafios - entre eles, a cultura e estrutura patriarcal do sistema político-partidário e a violência política de gênero.

**(TRANS)GREDINDO A INVISIBILIDADE SOCIAL RUMO À REPRESENTAÇÃO  
POLÍTICA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DAS CANDIDATURAS DE TRAVESTIS  
E MULHERES TRANSEXUAIS ENTRE 2014 E 2020 NO BRASIL**

**(TRANS)GRESSING SOCIAL INVISIBILITY TOWARDS POLITICAL  
REPRESENTATION: A DESCRIPTIVE ANALYSIS OF THE APPLICATIONS OF  
TRANVESTITES AND TRANSSEXUAL WOMEN BETWEEN 2014 AND 2020 IN  
BRAZIL.**

**Hárllen Eric Benevides de Castro <sup>1</sup>  
Reidson Fontes de Sousa <sup>2</sup>**

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar as candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil. O método utilizado para o estudo foi a análise estatística descritiva de dados secundários disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Constatou-se 429 candidatas nas eleições de 2014 a 2020, essas que só foram eleitas na esfera municipal para o cargo de vereadora e nunca em eleições nacionais, nem para cargos executivos. Explica-se esse fenômeno a partir da LGBTfobia estrutural, violência esta que acaba por impedir, no Brasil, a ascensão dessa minoria política.

**Palavras-chave:** Desigualdade, Identidade de gênero, Sub-representação

**Abstract/Resumen/Résumé**

This paper aims to analyze the candidacies of transvestites and transsexual women in the 2014-2020 elections in Brazil. The method used for the study was the descriptive statistical analysis of secondary data made available by the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA). There were 429 candidates in the 2014-2020 elections, those who were only elected in the municipal sphere for the position of councilor and never in national elections, nor for executive positions. This phenomenon is explained from structural LGBTphobia, a violence that ends up preventing the rise of this political minority in Brazil.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Inequality, Gender identity, Underrepresentation

---

<sup>1</sup> Bacharelado em psicologia pelo Centro Universitário FG - UNIFG. Pesquisador do grupo de pesquisas Informação Pública (Centro de Ciências Humanas e Letras, da UFPI).

<sup>2</sup> Bacharelado em administração pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Membro do grupo de pesquisas Informação Pública (Centro de Ciências Humanas e Letras, da UFPI).

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, muito se foi discutido sobre questões voltadas à sub-representação de grupos sociais subalternos no campo da representação política por disciplinas como filosofia, sociologia e ciência política. No Brasil, assim como na grande maioria das democracias representativas ocidentais, as instituições representativas são dirigidas por sujeitos pertencentes a grupos sociais dominantes (homens, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta). Este domínio é compreendido como o principal motivo para que comunidades social e politicamente marginalizadas, invisibilizadas, negligenciadas e violentadas tenham dificuldades na contemplação de suas necessidades (SANTOS, 2016).

Diante disso, grupos sociais subalternos (como as travestis e mulheres transexuais - população foco deste trabalho) têm denunciado a falta de uma igualdade política descritiva e substantiva nas instituições políticas representativas brasileiras. É justamente nesse contexto que se é elucidado o ativismo político LGBTQ+, como também a ascensão de travestis e mulheres transexuais no campo político brasileiro.

Embora houvesse uma subcultura homossexual, relativamente, estruturada nos dois principais centros urbanos do Brasil na década de 1960, foi somente em 1980 que a temática da homossexualidade se inseriu no campo do debate eleitoral (TREVISAN, 2004).

Nesse contexto, a título de exemplo, o até então deputado estadual João Batista Breda (PT-SP) buscou, em 1986, a reeleição através de uma plataforma “assumida”. Neste mesmo ano, o ex-guerrilheiro e exilado político durante a ditadura militar, Herbert Daniel, realizou papel fundamental na promoção de debates internos no Partido dos Trabalhadores (PT) sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Ademais, ele teria sido um dos primeiros candidatos a se assumir enquanto LGBTQ+, e, juntamente ao movimento da esquerda, realizou discussões sobre temas alternativos, como a homossexualidade, a defesa dos direitos de soropositivos e a preservação ambiental – ressalta-se que ambos os candidatos foram eleitos (SANTOS, 2016).

Em 1990, há o desabrochamento de mais candidaturas assumidamente LGBTQ+ no Brasil. A título de exemplo, o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1996, desenvolveu um evento com alguns pré-candidatos às eleições municipais. Entre estes, foram identificadas dez pessoas LGBTQ+: oito gays, uma travesti e uma lésbica. Esses que, assinaram um manifesto que defendia, dentre outras coisas, a necessidade de que “políticos homossexuais lutem pela aprovação de leis que garantam a cidadania também para as minorias sexuais”. É então, neste ano, que ocorre o reconhecimento de uma travesti enquanto pré-candidata à uma eleição municipal. Além disso, foi ainda em 1996 que outra travesti, Kátia Tapety, foi eleita como

vereadora na cidade de Colônia do Piauí (PI) - sendo considerada como a primeira travesti a ocupar um cargo eletivo no Brasil.<sup>1</sup>

Nas duas últimas eleições, constatou-se na política brasileira uma maior ascensão de parlamentares e demais lideranças políticas conservadoras e até mesmo neofascistas, ligados em sua maioria a denominações religiosas. Em suas bandeiras políticas, defendem a perseguição de qualquer reconhecimento e/ou garantia de direitos às pessoas LGBTQ+ (SANTOS, 2016).<sup>2</sup>

Todavia, é justamente nesta conjuntura de maior visibilidade pública e maior repúdio às instâncias conservadoras e religiosas, fundamentadas em preceitos LGBTQfóbicos, que visualizamos o aumento de candidaturas assumidamente LGBTQ+ no Brasil. Nas eleições municipais de 2020, a título de exemplo, foram 590 candidaturas, e, dentre estas, 112 pessoas LGBTQ+ foram eleitas.<sup>3</sup>

Ante a este breve recorte histórico anteriormente apresentado, faz-se, então, uma pergunta base para este trabalho: como estão, em um cenário descritivo, as candidaturas de travestis e mulheres transexuais no campo representativo político no Brasil contemporâneo? Para responder esta pergunta, fez-se uma análise descritiva sobre as candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil, através de dados estatísticos secundário da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

## 2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivos:

1. Analisar estatisticamente as candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil, a partir de dados secundários coletados por meio dos índices apresentados pelo mapeamento das candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA);
2. Discutir o cenário de sub-representação de travestis e transexuais na atual conjuntura política brasileira;

---

<sup>1</sup>“Manifesto dos pré-Candidatos Homossexuais do Brasil – 1996”. Disponível em: <http://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/09/manifesto-dos-pre-candidatos.html>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

<sup>2</sup> Tem-se a eleição do Bolsonaro, em 2018, como um exemplo deste fenômeno.

<sup>3</sup> GAY BLOG BR. **112 LGBTQs foram eleitos prefeitos ou vereadores em 2020**. Disponível em: <https://gay.blog.br/politica/108-lgbts-foram-eleitos-prefeitos-ou-vereadores-em-2020/>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

3. Compreender o papel do ativismo LGBTQ+ no fortalecimento dessas candidaturas a partir do histórico do crescimento de candidaturas pró-diversidade sexual.

### 3 METODOLOGIA

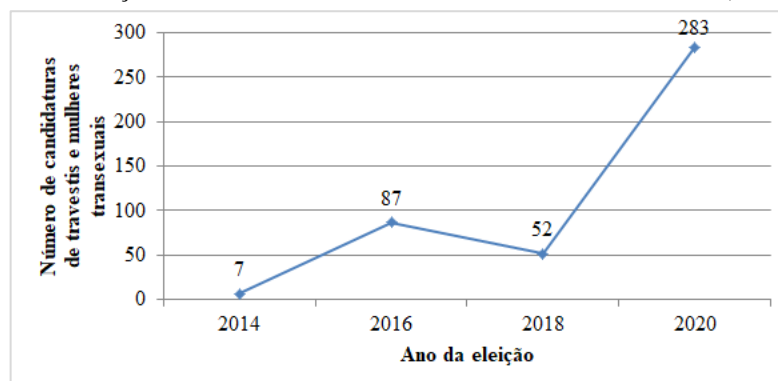
Trata-se da análise descritiva de dados secundários, fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referentes às candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil.

Ressalta-se que este trabalho descritivo se faz relevante, pois não há dados organizados sobre a representação de travestis e mulheres transexuais, nem o reconhecimento dessas categorias de candidaturas nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, foram contabilizadas 429 candidaturas de travestis e mulheres transexuais entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil - cada caso se refere a uma candidatura. Para as candidatas que participaram em mais de uma eleição, seus nomes (social ou de registro) foram contabilizados em cada pleito.

**Gráfico 1** – Evolução das candidaturas de travestis e mulheres transexuais (2014 a 2020).



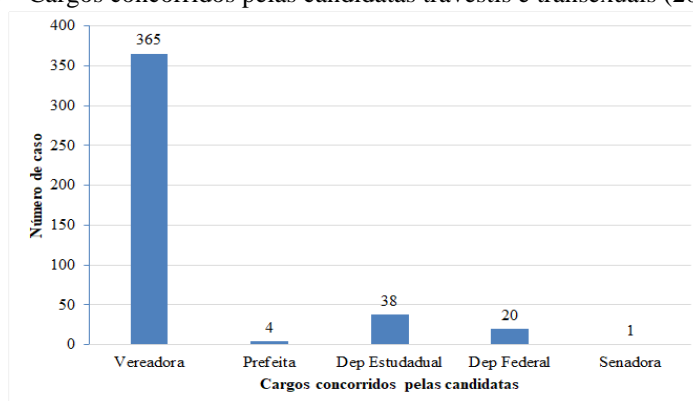
Fonte: ANTRA (2014; 2016; 2018; 2020).

No que concerne ao número de candidaturas de travestis e mulheres transexuais, é possível observar um aumento expressivo entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Se em 2014 foram identificadas apenas 7 candidatas, em 2016 este número aumentou para 87. Já entre 2016 e 2018, nota-se um rebaixamento destas candidaturas, de 87 casos para 52. Em contrapartida, entre as eleições de 2018 e 2020, nota-se novamente o aumento do número de candidatas, passando de 52 casos para 283. Segundo Silva (2016), esse salto expressivo no

número de candidaturas nesses anos estaria ligado a dois possíveis fatores: a maior visibilidade da temática LGBT+ na opinião pública e o fato dessa ter se transformado numa “questão de governo” desde a inserção do PT no Poder Executivo Federal. Além desses aspectos, deve-se, ainda, levar em consideração a colaboração do ativismo do movimento LGBT+ para o fortalecimento dessas candidaturas.

Sobre o número de candidatas eleitas, podem-se notar oscilações. Enquanto que nas eleições nacionais (de 2014 e 2018) o percentual de travestis e mulheres transexuais eleitas foi nulo, nas eleições municipais constatou-se um aumento do número de eleitas, de 8 casos em 2016, para 27 em 2020. Assim, não há como afirmar e/ou comprovar uma tendência no aumento do número de candidatas eleitas nesses anos, visto que há apenas dois casos de eleições municipais em que isso ocorre. Em contrapartida, pôde-se destacar 2020 como o ano recorde tanto em relação ao número de candidaturas (283 casos), quanto ao número de travestis e mulheres transexuais eleitas (27 casos).

**Gráfico 2** – Cargos concorridos pelas candidatas travestis e transexuais (2014 a 2020).



Fonte: ANTRA (2014; 2016; 2018; 2020).

Em relação aos cargos pleiteados pelas candidatas, em 2014 identificou-se 3 para deputada federal e 4 para deputada estadual (nenhuma das candidatas foi eleita). Já em 2016 foram 84 candidaturas para vereadora (das quais 8 foram eleitas), e 2 candidaturas para prefeita (não eleitas). No ano de 2018 foram 17 candidatas para o cargo de deputada federal, 34 para deputada estadual e 1 para senadora, mas nenhuma dessas chegou a se eleger. Por fim, em 2020 observou-se 281 candidaturas para o cargo de vereadora (das quais 27 foram eleitas) e 2 candidatas para prefeita, não eleitas.

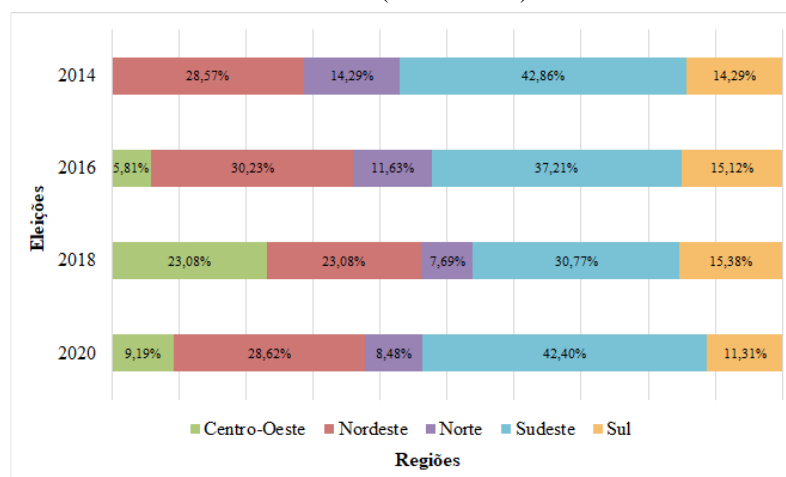
Como já esperado, o cargo de vereadora foi o mais disputado pelas candidatas travestis e mulheres transexuais nas eleições ocorridas entre 2014 e 2020 (365 casos) – uma vez que esse também é o cargo mais disputado pela população em geral. Além disso, pôde-se



detectar que somente candidatas a esse cargo foram eleitas nesses anos (35 casos). Vale lembrar que o cargo de vereadora é o mais “baixo” na hierarquia de poder das carreiras políticas, visto que demanda da candidata o menor quantitativo de votos para o sucesso eleitoral e, conseqüentemente, tem menos influência política (MIGUEL, 2003). Ante a esses dados, surge uma questão: por que travestis e mulheres transexuais somente foram eleitas para o cargo de vereadora nessas eleições?

Uma possível explicação para este fato é, dentre outras coisas, a LGBTfobia. Violência que, por ser concebida de modo natural por uma grande parcela da população brasileira, acaba se tornando estrutural neste país. Assim, este fenômeno é entendido como a causa das coordenadas que sustentam as representações sociais hostis e estigmatizadas que invisibilizam, marginalizam e violam os direitos e a dignidade humana das pessoas LGBT+ no Brasil. Ademais, por ser um fenômeno social desenvolvido pelos sujeitos inseridos na cultura, a LGBTfobia se repercute em diversos espaços – sendo um desses a arena política. Portanto, a reafirmação desta violência na política seria, possivelmente, a causa para que estas candidaturas de travestis e mulheres transexuais não venham ascender em outros cargos eleitorais, e são limitadas, por consequência desse preconceito, ao cargo de vereadora.

**Gráfico 3** – Número de candidaturas de travestis e mulheres transexuais em porcentagem por cada região brasileira (2014 a 2020).

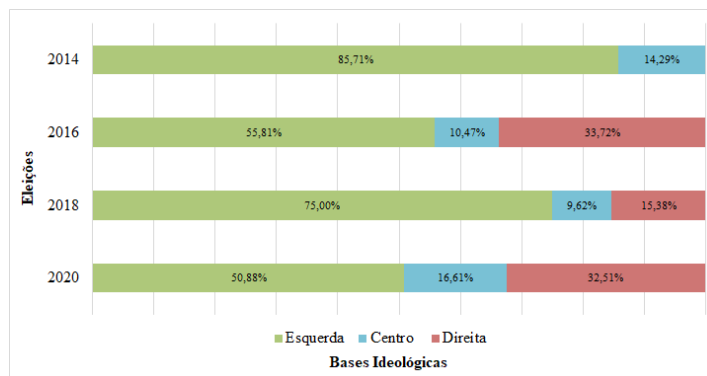


Fonte: ANTRA (2014; 2016; 2018; 2020).

Geograficamente, as candidaturas de travestis e mulheres transexuais estão concentradas nas regiões Sudeste (39,95% do total), Nordeste (28,27%) e Sul (12,62%), que também são as regiões mais populosas do Brasil. Sendo assim, as regiões Norte (9,11%) e Centro-Oeste (10,05%) são aquelas que apresentaram o menor índice de candidaturas dessa minoria política nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Este dado já era o esperado, uma vez

que são nas maiores regiões brasileiras que há também uma maior oferta de espaços de sociabilidade e de consumo para a comunidade LGBTQ+.

**Gráfico 4** – Filiação Partidária das candidatas travestis e transexual (2014 a 2020).



Fonte: ANTRA (2014; 2016; 2018; 2020).

Por fim, ao analisar a filiação partidária das candidatas identificou-se que a maioria estava vinculada a partidos políticos de esquerda (55,37% dos casos), tais como: PT, PSOL e PCdoB. Talvez, o que explique essa preponderância em filiações com partidos de esquerda seja a importância dada por eles às minorias sociais, aos movimentos desses grupos subalternos, e ainda, aos direitos sexuais e de gênero em suas clivagens político-ideológicas.

Em contrapartida, também houveram casos de candidatas filiadas a partidos de direita (30,14% dos casos) – sendo o segundo maior percentual. A partir do conceito de capital político de Bourdieu (1989), pode-se compreender que este fenômeno estaria interligado ao fato de que, possivelmente, nem todas as candidatas travestis e transexuais tiveram a experiência pregressa de militância política no movimento LGBTQ+ e que seu capital político tenha se desenvolvido em outros contextos. Diante disso, essas candidaturas estariam mais ligadas a arranjos e conveniências políticas locais do que com as pautas e agendas do movimento LGBTQ+. Já as candidaturas filiadas a partidos de centro ocuparam o último lugar de acordo com os dados (com 14,49% dos casos).

## 5 CONCLUSÕES

A partir da análise descritiva dos dados, identificou-se 429 candidaturas de travestis e mulheres transexuais entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil – o que demonstra a sub-representação dessa minoria política. Ademais, foi possível notar um aumento de candidaturas a cada ano – sendo 2020 o ano recorde de casos, com 283 concorrentes e 27 eleitas. Em relação aos cargos pleiteados pelas candidatas, constatou-se, como esperado, que o mais disputado foi o de vereadora (com o total de 365 casos), e ainda, que as candidatas travestis e

transexuais somente foram eleitas em eleições municipais para esse cargo, e nunca em cargos executivos. Outro aspecto evidenciado, foi que as candidatas travestis e transexuais não foram eleitas em eleições nacionais para cargos de deputada federal, estadual, senadora e/ou presidenta.

Sobre os aspectos geográficos, observou-se que as candidaturas desta minoria política estão concentradas nas regiões Sudeste (39,95% do total), Nordeste (28,27%) e Sul (12,62%). Já em relação à filiação partidária, pode-se visualizar que a grande maioria das candidatas estavam vinculadas a partidos de esquerda (55,37% dos casos).

Em suma, este trabalho buscou contribuir para a produção de conhecimento sobre as estatísticas referentes às candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Bem como, ampliar debates acerca da representação descritiva de grupos sociais subalternos neste país, e ainda, sobre o ativismo político de mulheres travestis e transexuais nas instituições políticas representativas brasileiras. Ressalta-se que, pela complexidade do tema, outras pesquisas devem ser realizadas para discutir aspectos não contemplados neste estudo, a saber: o motivo pelo qual as candidatas travestis e transexuais somente foram eleitas em cargos com menor poder político, como o de vereadora, como também o fator ligado a não ascensão destas candidatas nas eleições nacionais nesses anos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA. **Mapeamento das candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans**. 2014; 2016; 2018; 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

BOURDIEU, P. “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.

MIGUEL, L.F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora da Unesp. 2014.

PITKIN, H. F. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, ed. 67, p. 15-47, 2006.

SANTOS, G. G. C. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 33, p. 58 - 96, 2016.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 6a. ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.